

**PEQUENA INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO:  
ENFOQUE INTERDISCIPLINAR**

**CELSO FURTADO**

Cia. Editora Nacional, 1980, São Paulo

*Tamás Szmeccsányi*

O estudo do desenvolvimento, assim como o da divisão do trabalho, faz parte do objeto de diversas ciências sociais, e não apenas da Economia. Esse fato, vinculado à múltipla determinação do processo, por si só já justifica a adoção de um enfoque interdisciplinar na sua análise teórica ou prática. Ao optar por ele no seu livro mais recente, Celso Furtado parece ter escolhido o caminho certo.

Uma questão que se coloca, entretanto, é a de saber exatamente qual o caminho que ele adotou, aonde o mesmo conduz. E, neste sentido, as conclusões que se pode extrair da sua análise não são muito animadoras. Em boa parte isto se deve ao fato de, aparentemente, excluir a história de sua perspectiva interdisciplinar. Principalmente na primeira metade do livro, essa perspectiva se materializa numa visão funcionalista e anistórica dos fenômenos sócio-econômicos analisados.

Essa metade que compreende os seis capítulos iniciais tem um caráter essencialmente teórico e conceitual. O primeiro capítulo discute o processo de desenvolvimento em sua totalidade; o segundo e o terceiro analisam a problemática da oposição desenvolvimento-subdesenvolvimento; o quarto procura consolidar os conceitos tidos como fundamentais pelo Autor (a saber: estrutura, função de produção, técnica, inovação e excedente); já o quinto e o sexto retomam e aprofundam os dois últimos conceitos, discutindo as inovações técnicas e a apropriação do excedente — ambas encaradas como processos inerentes à acumulação de capital.

O estudo do desenvolvimento, segundo Furtado, “tem como tema central a invenção cultural, em particular a morfogênese social”. Para analisá-lo, ele se propõe, de um lado, a “apreender o desenvolvimento como um processo global” — isto é, nas suas várias manifestações — e, do outro, a “contribuir para criar uma linguagem teórica comum aos distintos ramos das ciências sociais”. Embora estas intenções sejam boas, os resultados deixam bastante a desejar — quer pelo hermetismo de várias das idéias apresentadas, quer pela complexidade da terminologia adotada, quer ainda pela ausência de uma linha teórica fundamental mais consistente. Devido a isso, o livro como um todo acaba apresentando uma visão fragmentária da realidade. O esquema de análise e de interpretação que ele propõe é por demais eclético e assistemático.

No primeiro capítulo, por exemplo, ao falar da reprodução da sociedade capitalista, Celso Furtado praticamente reduz o processo a uma formação de capital mais rápida do que o crescimento demográfico, dentro da qual as limitações da oferta de mão-de-obra são superadas através do progresso técnico. Essa ênfase ao papel da tecnologia lembra um pouco as análises de Joan Robinson, a qual não chega porém a ser mencionada. No capítulo terceiro, que tem por título "A Nova Visão do Desenvolvimento: Influência de Alguns Autores", são citadas pela ordem, e colocadas num mesmo nível, as contribuições de Keynes, List, Schumpeter, Perroux, Myrdal, Nurske, Lewis, Boeke e Prebisch. Os trabalhos de Marx são mencionados de passagem, mas apenas no que se refere à sua "obra sociológica e de história social".

Dado esse quadro de referência, não é de estranhar que o Autor considere a função de produção como "a expressão formalizada das relações estáveis entre os meios de produção e os frutos desta", capaz de fornecer "uma descrição do processo da produção sob a forma de um sistema de equações diferenciais". É verdade que Furtado realça a existência de descontinuidades no tempo histórico, algo "que limita a significação das formalizações correntes e coloca as ciências sociais num plano epistemológico irreduzível ao das ciências da natureza". Mas isto não impede que ele declare, em outro capítulo, que "o nível da técnica estabelece o âmbito da divisão social do trabalho", e que o processo de acumulação se traduz basicamente em "deslocações para cima do que chamamos de nível da técnica", representando as modificações estruturais que dela resultam por uma série de curvas de vários tipos e formatos.

Também reflete os mesmos pressupostos o fato dele considerar a apropriação mercantil do excedente fundada "nas operações de intercâmbio", e não em relações de força. Devido a isto, ela é considerada capaz de gerar os recursos que alimentam o excedente, enquanto que a apropriação autoritária apenas os transfere. O referido intercâmbio, segundo o Autor, baseia-se, de um lado, na circulação e, de outro, numa "infra-estrutura de meios de transporte, de armazenagem e de segurança".

Esta infra-estrutura, junto com "os bens cuja utilização é transferida no tempo", consubstancia "uma imobilização de excedente", um conjunto de "bens de capital". A existência e o controle desses bens para fins de extração do excedente são os fatores que dão origem ao capitalismo, isto é, às formas de organização social que se difundiram pelo mundo a partir "da revolução burguesa européia que se desdobra entre os séculos XVI e XIX".

Como se vê, a luta de classe não está ausente desta perspectiva; mas, ao mesmo tempo, tanto o seu papel no processo com suas conseqüências aparecem de uma forma algo esquemática. No final do sexto capítulo, Furtado distingue duas fases na "evolução da sociedade capitalista": 1) a de desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente, e de ascensão da classe mercantil à posição hegemônica; 2) a de "emergência da organização das massas trabalhadoras como elemento de crescente importância nas estruturas de poder". O leitor, todavia, fica sem saber o que poderá ocorrer daí em diante, já que o Autor só acena com a tendência do "custo de reprodução da população... crescer mais que o produto", dando origem a uma "maior homogeneização social...".

O caráter um tanto vago e abstrato dessas considerações faz com que se passe com alívio aos capítulos mais empíricos da segunda metade do trabalho, que trata de temas que aparecem com maior freqüência nas obras anteriores de Furtado. Com exceção do oitavo — relativo à divisão agrária — todos esses capítulos se referem fundamentalmente à divisão internacional do trabalho e às suas recentes modificações. O exame dessa problemática, omitindo os exemplos numéricos e as simplificações gráficas, é de leitura bem mais estimulante.

As conclusões a que o Autor chega nesses seis capítulos finais não são muito animadoras quanto ao futuro imediato e previsível dos países que integram o chamado Terceiro Mundo. Mas elas têm o mérito de apontar para a necessidade de transformações, não apenas na relação de forças da estrutura mundial de poder, mas também — e simultaneamente — no modo de desenvolvimento dos países atualmente subordinados aos centros hegemônicos do capitalismo internacional. É uma pena que os pressupostos teóricos da primeira parte do livro pouco ou nada possam contribuir para que se atinja desse objetivo.